

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Desafios e possibilidades: duas experiências de extensão na Universidade Estadual de Goiás

Challenges and possibilities: two experiments extension in the State University of Goiás Brazil

RESUMO

O relato apresenta e discute duas experiências distintas de extensão realizadas na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Jussara, no período de 2010-2013. Procura-se, nele, discutir as relações entre a formulação teórico-metodológica das atividades de extensão em suas especificidades e as questões relativas à legislação vigente e às normas institucionais que regem essas atividades, impondo padrões de organização e gerenciamento de recursos.

Palavras-chave: Capoeira. Educação. Centros de Documentação.

ABSTRACT

The report aims to present and discuss two separate experiments performed in the extension of the State University of Goiás (UEG), Brazil, University Unit Jussara, in the period 2010-2013. Wanted to discuss the relationships between the theoretical and methodological formulation of extension in their specific activities and matters relating to current legislation and the institutional rules governing such activities by imposing standards of organization and management of resources.

Keywords: Capoeira. Education. Documentation Centres.

A capoeira na universidade: alguns apontamentos

Ao considerar que a determinação da obrigatoriedade do desenvolvimento de ações da extensão nas universidades e estabelecimentos de ensino do país tem como suporte a Lei nº 5.540, que trata da Reforma Universitária de 1968, entendemos que tal exigência é fruto de um processo histórico iniciado ainda na década de 1930. O primeiro

Aruaná Antonio dos Passos

Doutorando em História na Universidade Federal de Goiás (período sanduíche na Universidade de Lisboa, Portugal); professor assistente na Universidade Estadual de Goiás – Campus Goiás (aruana.ap@gmail.com).

Wilson de Sousa Gomes

Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; professor na Universidade Estadual de Goiás – Campus Itapuranga (berimbau2005@hotmail.com).

registro oficial sobre extensão universitária pode ser verificado no Estatuto da Universidade Brasileira / Decreto Lei nº 19.851, de 1931. Posteriormente, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) institucionaliza a extensão como uma modalidade que se define pela “transmissão de conhecimentos e assistência” (CORRÊA, 2007, p. 11). Assim, a extensão é “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa, de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (CORRÊA, 1987, p. 12).

¹ A Unidade Universitária Jussara está localizada a 230 km de Goiânia, na região oeste do Estado de Goiás. Existe desde 1999 e possui três cursos de licenciatura em funcionamento: Letras (Habilitação Português/Inglês), Matemática e História.

Por sua vez, os novos paradigmas vividos pela sociedade brasileira na década de 1980 tiveram reflexo direto na Universidade. Nesse período, discutiu-se a necessidade de pensar o papel das instituições de ensino superior e a sua função e atuação na sociedade. A extensão universitária torna-se o carro chefe para a interação entre o que é produzido e discutido na universidade e a sua atuação na sociedade por via de ações impactantes e transformadoras da realidade social, cultural, econômica, política.

No ano de 1988, a Constituição Federal, por meio do Art. 207, define o estatuto de obrigatoriedade da extensão e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com base na interlocução entre saberes, que tem como consequência “a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade” (BRASIL, 1988).

Ancorados nesses elementos e por meio de nossa atuação na Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária Jussara¹, propusemos um trabalho que cumprisse tanto as imposições legais de realização da extensão universitária quanto o atendimento às necessidades da comunidade e da sociedade de modo geral. Desenvolver o processo educativo, cultural e científico que articula ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável é viabilizar a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. Assim, nossas experiências partiram do exercício docente, das necessidades internas do curso do qual fazíamos parte – licenciatura em História – e da observação de que os alunos que iniciavam os seus cursos de graduação traziam pouco conhecimento ou informações sobre os aspectos da sua cultura histórica e de seu patrimônio imaterial e cultural local.

Ao trabalhar na superação desse lapso no contexto curricular, notamos que havia a necessidade da realização de ações que divulgassem e preservassem a memória local e, de modo especial, a manifestação da cultura afro-brasileira, a capoeira. Esforçamo-nos em implementar um conjunto de atividades com o objetivo de (re)produzir as significações das práticas culturais da cultura nacional. Em outras palavras, a prática da capoeira e a criação de um lugar de memória transforma a relação entre teoria e prática em uma experiência de vida.

Embora a Lei nº 10.639/03 determine a aplicação dos elementos da história e da cultura afro-brasileira nas instituições de ensino do país – fator de suma importância para amenizar os problemas de discriminação e exclusão cultural –, entendemos que uma coisa é a lei, outra é a realidade social, cultural e educacional cotidiana dos indivíduos envolvidos nos estabelecimentos educativos.

Dessa forma, as ações desenvolvidas consideraram os aspectos legais, educacionais, morais e éticos da universidade. Na defesa de que ela também é responsável pela circulação de bens culturais e de sua preservação e transmissão, assume-se o compromisso sociocultural frente à sociedade.

Postas essas considerações, discorremos sobre dois projetos de extensão realizados na Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Jussara, no período de 2011 a 2013. São apresentadas as dinâmicas da sua realização, os desafios enfrentados e as possibilidades de construção de saberes positivos sobre nossa memória, cultura e identidade.

Com isso, o projeto de extensão “Cultura afro-brasileira: aprender com a capoeira” atendeu alunos do ensino fundamental do 1º ao 9º anos do Colégio Estadual Jandira Ponciano dos Passos e alunos do 1º ao 4º anos da Escola Municipal Izaura Maria da Silva, no período de agosto de 2011 a julho de 2012. A ação envolveu direção, professores, alunos, pais/responsáveis, crianças, adolescentes, acadêmicos do curso de História e praticantes de capoeira do Grupo Candeias de Capoeira.

No intuito de integrar os princípios da capoeira com a formação intelectual, emocional e psicossomática dos alunos da educação básica, desenvolvemos a prática da capoeira² com aulas semanais, além de oficinas e palestras desenvolvidas pelos acadêmicos em encontros agendados³.

² Durante o período de vigência do projeto de extensão, foram desenvolvidas aulas práticas e teóricas de capoeira. Partindo dos fundamentos básicos (ginga e outros) aos golpes traumatizantes e desequilibrantes e movimentos de floreio. Os alunos das escolas desenvolveram a capacidade do jogo da capoeira possibilitando a realização de diversas rodas de capoeira em eventos da cidade, escolas e atividades do Grupo Candeias de Capoeira.

³ As aulas de capoeira aconteceram durante a vigência do projeto, nas segundas e sextas-feiras das 8h às 11h e das 17h às 18h com rodas de capoeira nas sextas-feiras, na Feira Coberta de Jussara, junto com os integrantes do Grupo Candeias de Capoeira. Já as atividades com os acadêmicos ocorreram aos sábados das 8h às 9h.

No que diz respeito à capoeira, ela é reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio imaterial da cultura brasileira (CARVALHO, 2008), fato que reforça a importância da sua preservação e do seu estudo como objeto acadêmico. Diante de tal aspecto, nos vemos no momento de interação entre a Universidade e a Sociedade, em que a primeira, a partir das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, tem o dever de estender até a segunda, os conhecimentos produzidos pelos seus alunos, professores e pesquisadores, promovendo ações que renovem a construção de novos saberes.

Logo, a extensão universitária mostra-se como uma via de grande importância para instrumentalizar os saberes acadêmicos por meio do processo dialético que envolve a teoria e a prática. Nesse sentido, saímos em defesa de que os conhecimentos desenvolvidos por meio das pesquisas e do ensino devem ser inseridos no meio social por via de ações que contemham um caráter objetivo e participativo.

Entendemos que, por mais que a Lei nº 10.639/03 fale sobre a obrigatoriedade dos conteúdos da cultura afro-brasileira nas instituições de ensino do país, se não incentivarmos atitudes que realmente coloquem por terra a discriminação e o preconceito de qualquer natureza, eles continuaram sendo vivenciados em nosso cotidiano.

A capoeira pode contribuir para romper com as barreiras discriminatórias e sociais. Durante o desenvolvimento do projeto de extensão “Cultura afro-brasileira: aprender com a capoeira”, procuramos desenvolver uma proposta educativa que contribuísse para formar agentes culturais e estratégias de combate aos processos de exclusão e discriminação cultural, haja vista o projeto atuar com um público escolar que apresenta diversos problemas de ordem social. Notamos que a aplicação da ação despertou grande interesse nas crianças e adolescentes. A capoeira com sua arte, luta, dança, música e expressão corporal vai ao encontro das necessidades de desenvolvimento das crianças e adolescentes, promovendo saúde física e mental.

Por outro lado, por meio do aspecto histórico da constituição cultural da capoeira, como a brasilidade, concretizamos a tarefa de democratização do conhecimento, rompendo com barreiras

discriminatórias existentes em nossa sociedade. O projeto foi uma forma de despertar nos educandos o gosto pela valorização da cultura nacional. Uma vez que se faça agente cultural, o contato com os conteúdos e as experiências da capoeira passa a ser um reforço na formação cultural e identitária dos envolvidos.

Assim, o agente cultural é capaz de se afirmar reconhecendo sua cultura e os traços do passado e do presente que constituem sua vida. A capoeira em sua dimensão educativa contribui para

O movimento corporal, a música, a improvisação, a arte, a dança, a luta e a sua história desenvolvem a motricidade. O esquema corporal, lateralidade, orientação equilíbrio, força, ritmo e a destreza. O trabalho aeróbico na capoeira desenvolve o condicionamento físico, emagrece e modela o corpo. A capoeira ainda ajuda desenvolver os domínios afetivos e cognitivos, melhorando a autoimagem, a autoestima, confiança, o respeito, a autonomia, responsabilidade, liderança, cooperação, a participação, intuitiva, a percepção, antecipação e o raciocínio rápido. (BRITO, 2008, p. 14).

Pela sua responsabilidade na roda de capoeira, o capoeirista ou o praticante de capoeira percebe que o universo simbólico e as formas de representação envolvidas em sua prática, servem de suporte para o mundo e para a sua vida. Os desafios, as conquistas e as superações auxiliam o aluno a melhorar sua saúde física e a desenvolver funções cognitivas. Logo, a roda de capoeira pode ser definida como um lugar:

Profundamente ritualizado, o espaço da Roda reúne cantos e gestos que expressam uma visão de mundo, uma hierarquia, um código de ética, e revelam companheirismo e solidariedade. É na roda de capoeira que se formam e se consagram os grandes mestres, se transmitem e se reiteram práticas e valores tradicionais afro-brasileiros. Forma redes de sociabilidade, gera identidades comuns e laços de

cooperação entre seus integrantes. É o lugar de socialização de conhecimentos e práticas; de aprender e aplicar saberes, testar limites e invenções, reverenciar os mais velhos e improvisar novos cantos e movimentos. Metaforicamente representa a roda do mundo, a roda da vida, onde há lugar para o inesperado, onde ora se ganha ora se perde. A roda também tem a função de difundir os símbolos e valores relacionados à diáspora africana no território brasileiro. Leva a mensagem de resistência sobre o sistema escravagista. (BRASIL, 2014).

A capoeira reúne diversos elementos, que, se bem trabalhados, servem de suporte e afirmação da identidade do praticante da arte/luta. No âmbito acadêmico, os aspectos simbólicos e representativos tornam-se objeto de estudos e pesquisas. Dessa forma, o projeto de extensão buscou estimular a prática da capoeira nas escolas e a formação de agentes culturais e, na universidade, fomentou debates que ampliaram os conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira e sobre a capoeira, em específico.

A afirmação parte da experiência dos acadêmicos ao realizarem as leituras, os fichamentos, as resenhas e os registros do treino e roda de capoeira. Nos grupos de discussão, as dimensões didáticas e pedagógicas foram contempladas por eles no planejamento das oficinas e das atividades desenvolvidas nas escolas. Qualificação profissional e desenvolvimento cognitivo estiveram presentes no processo de desenvolvimento do projeto, ampliando a base da produção, transmissão e preservação do conhecimento. Por meio de palestras, minicursos, artigos e monografias trabalhadas, as várias dimensões apresentadas no tocante à capoeira e à cultura afro-brasileira estiveram presentes na universidade, na escola e na sociedade.

O desenvolvimento do projeto de extensão resultou, ainda, na produção de uma monografia no curso de História, um artigo científico de divulgação, um capítulo de livro e um curso de extensão de 30h aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UEG.

No que diz respeito à capoeira, temos certeza de que os seus vários

aspectos culturais e educacionais dão oportunidade para que todos se desenvolvam em alguns dos seus campos, o que a torna um valioso instrumento de formação do aluno como cidadão. Já para o acadêmico, é sua oportunidade de atuar como pesquisador e agente cultural e social.

O Centro de Documentação e Pesquisa em História (CEDOC): da formulação à implantação

A segunda experiência da extensão que nos propomos a discutir mantém com o projeto de capoeira nas escolas uma relação de complementaridade em um aspecto fundamental: a preservação da memória. No entanto, enquanto a proposta da capoeira apresentou uma dimensão empírica de efetivação da prática da capoeira e sua articulação com questões teóricas intrínsecas aos processos de ensino-aprendizagem, o projeto de criação e instrumentalização de um Centro de Documentação e Pesquisa em História na Unidade Universitária de Jussara, buscou a criação formal de um Centro de Documentação (CEDOC), gerenciado por docentes e discentes do curso de História, com o intuito de preservar a memória física material (documentos oficiais produzidos pelo legislativo e judiciário, fotografias, jornais etc.) das comunidades locais da cidade e região.

Dessa maneira a proposta se fundamentou em duplo aspecto: 1) a conservação de uma memória que vem sendo gradativamente perdida dentro dos órgãos públicos, ora por falta gerência e/ou despreparo, ora pela divergência de conceitos atribuídos à conservação desses documentos; 2) a obrigação cívica e profissional da comunidade acadêmica em preservar e sistematizar a documentação existente na região para salvaguardar a memória local e fomentar a pesquisa e o ensino de História a todos os interessados. Logo, o centro de documentação propôs constituir-se e consolidar-se como um lócus de referência a todos os interessados em compreender o passado e construir conhecimento a partir dos serviços que hoje já podem ser acessados: consulta aos documentos oficiais doados pela Prefeitura Municipal de Fazenda Nova, GO.

Centros de Documentação e Pesquisa são espaços responsáveis pela guarda, inclusive legal, conservação e disponibilização de documentação

em diversos suportes para fins educativos (ensino e pesquisa). Dessa forma, a comunidade acadêmica local e a comunidade de diversas cidades que se servem das atividades oferecidas pela Unidade de Jussara carecem de ações que possibilitem o desenvolvimento efetivo do tripé fundamental de sustentação das universidades atuais: ensino-pesquisa-extensão. A implantação do CEDOC visou suprir essa necessidade, proporcionando uma ação capaz de integrar a comunidade em geral, a formação profissional dos acadêmicos e a necessidade de preservação da memória social das comunidades de Jussara e Fazenda Nova, cujas prefeituras firmaram parcerias para a doação de documentos para comporem o acervo documental.

Sabe-se que, após a Segunda Guerra Mundial (1945), as questões em torno da memória assumiram o centro do debate nas ciências humanas e sociais. O Holocausto motivou uma série de movimentos e organizações em torno da questão do extermínio e de uma violência jamais vista na História (ARENDR, 1999). No entanto, os estudos sobre a memória social antecedem esse período e remontam ao surgimento das grandes ditaduras do início do século XX. Maurice Halbwachs (1990) foi um dos primeiros a estudar a memória, não em termos estritamente psicológicos ou ontológicos como em Henri Bergson, mas em termos sociais. No estudo da memória como construção e interação social, memórias coletiva e individual confundem-se e interferem na produção de sentidos.

Assim, a memória assumiu papel fundamental como construtora de sentidos e identidades e adentrou no universo de análise e compreensão dos grandes acontecimentos que marcaram o último século. *Pari passu* as técnicas de conservação material da memória adentraram no universo do registro das memórias individuais: desenvolveu-se assim a História Oral, profissionalizaram-se e institucionalizaram-se grandes arquivos responsáveis pela conservação – à luz das novas tecnologias –, divulgação e educação às novas gerações em relação aos traumas do passado. No Brasil, esse movimento se fortaleceu nos últimos vinte anos e diversas organizações lutam para que a memória da ditadura militar seja enfrentada por meio da abertura dos arquivos (veja o papel nesse processo do Grupo Tortura Nunca Mais, da Campanha Nacional pela Memória e pela Verdade da OAB-RJ) e, mais recentemente, da Comissão da Verdade instituída pela presidenta Dilma Rousseff.

O movimento de abertura de arquivos acompanha a crescente conscientização por parte da sociedade civil organizada do lugar da memória para o desenvolvimento dos direitos civis e da democracia. Assim, a implantação de um centro de documentação não serve apenas a interesses epistemológicos e acadêmicos, mas também ao compromisso social de estudantes, docentes e toda a comunidade local com sua própria memória e identidade.

O projeto do CEDOC teve por intuito ampliar o número de parcerias com órgãos públicos, realizar a conservação do material, sua guarda e disponibilidade a estudantes e pesquisadores e, ainda, qualificar estudantes por meio de cursos periódicos para o domínio das técnicas e materiais necessários para o trabalho de limpeza e conservação da documentação histórica. Além disso, objetivou possibilitar a integração e parceria entre prefeituras, fóruns, delegacias e câmaras legislativas com a Universidade a fim de ampliar a ação acadêmica na comunidade local.

Inicialmente, o CEDOC envolveu atividades de ensino, qualificando os alunos no trato documental, por meio da higienização e catalogação dos balancetes mensais de prestação de contas do município de Fazenda Nova que cobrem o período de 1960 a 2010. O projeto pleiteou, mediante Edital 01/2011 da PROEX/UEG, a obtenção de recursos, totalizando 15 mil reais, concedidos parcialmente no segundo semestre de 2011 e que até a conclusão não foram repassados em sua integralidade. Ao contrário do projeto “Cultura afro-brasileira: aprender com a capoeira” que não contou com financiamento, o projeto de criação e instalação do CEDOC utilizou apenas 45% de seus recursos até o final de 2013, quando o projeto teve sua coordenação transferida para outro docente. Atualmente, o CEDOC está subordinado ao Departamento de História da Unidade de Jussara e em processo de institucionalização e registro legal.

Desafios e possibilidades na extensão: a experiência prática e suas questões teóricas

Ancorando-nos nas perspectivas que definem as ações da extensão universitária, temos que a articulação entre ensino, pesquisa e extensão envolve o processo educativo, cultural e científico em uma relação promotora da interação e da transformação da realidade cotidiana.

Ancoramo-nos, ainda, em Rüsen (2001), historiador da cultura que defende a ideia de que é fundamental ao homem comum aprender a refletir historicamente. Para ele, o sujeito orienta-se na vida ordenando os fenômenos históricos e avaliando seu sentido, refletindo essa ordenação e se constituindo como sujeito quando ele se percebe na história, ou seja, na vida. Como um fenômeno intrínseco à condição humana, o pensar histórico torna-se algo cotidiano e inseparável ao fato de estar no mundo.

Em relação à cultura afro-brasileira, ainda hoje percebemos comentários injustos e pejorativos, especialmente sobre a capoeira. O preconceito que se manifesta de modo velado e sutil, segundo Schwarcz (2001), delimita lugares específicos onde os tipos raciais e sociais não são reconhecidos como legítimos. Logo, os comentários, que são no mínimo injustos, localizam-se na lógica da cor e do *status* que, por sua vez, estruturam-se na “herança cultural, evolução econômica e estruturação do poder político” (ROMANELLI, 2010, p. 19) e influenciam a ordem cultural e social das nossas instituições.

Sabendo que a miscigenação dá um caráter específico à nação, surge a problemática de se saber até que ponto as pessoas veem isso como sendo algo positivo ou negativo? Pensando no processo histórico em que o outro é transformado em objeto e sua própria humanidade é negada, compreendemos que esse processo exige uma ação prática e objetiva que nos leve a refletir os aspectos do tempo e do espaço nos quais estamos envolvidos (GORENDER, 1988). Contudo, o ofício do historiador cobra-nos uma atitude metodológica na articulação teórica que faz da nossa prática cultural um exercício de atuação enquanto sujeitos transformadores da realidade. Então, há em nós a convicção de que a ação de extensão possibilita ao educando meios para o exercício da brasilidade e da cidadania, indispensável para definição da identidade, o que ressignifica e traz novas possibilidades de subjetivação aos alunos de graduação.

Embora saibamos que há muitas atitudes estruturadas em ações discriminatórias no nosso passado, entendemos que um povo que valoriza a sua cultura tem o sentimento de nacionalidade entranhado na sua formação e exerce a cidadania de forma efetiva. Como apontamos acima, por mais que a Lei nº 10.639/03 determine a aplicação dos elementos da história e da cultura afro-brasileira nas

instituições de ensino do país, há uma grande carência desses aspectos no meio educacional. São poucas as pessoas que veem a capoeira como patrimônio imaterial da cultura brasileira (CARVALHO, 2008).

De modo geral, nossa discussão, desenvolvida a partir das experiências com projetos de extensão, coloca em debate uma problemática da contemporaneidade: desenvolver ações que superam a desigualdade e a exclusão, marcas históricas do nosso passado/presente que ainda marcam nossas relações sociais, cultura e memória. Em nossa visão, os trabalhos da extensão universitária contribuem para o cumprimento do papel transformador da realidade pela Universidade.

Também compreendendo que, na escola, a discussão sobre história, identidade nacional e cultura representa uma ação de valorização da nacionalidade, o historiador tem a possibilidade de compreender a lógica das significações que estão contidas em tempos e espaços variados na relação entre passado e presente.

Conforme Rüsen (2007, p. 140) analisar o cotidiano é dirigir o olhar histórico para os elementos que “representam a cultura de uma época” e entender até que ponto há uma ruptura e uma continuidade de ações e práticas. Seguindo essa perspectiva, cumpre o historiador sua tarefa quando ele faz aquilo que lhe é pertinente, ou seja, interpretar as relações do passado/presente. Logo, analisar os aspectos da cultura é entender as tramas que ordenam os dramas da vida diária e, a partir disso, podemos compreender a cultura como sendo uma manifestação universal na existência humana.

Embasados na perspectiva teórica de Geertz (1978) entendemos a cultura como “teias” de significação e de sentido das práticas humanas relacionadas ao que elas tomam como certo ou errado. Nessa perspectiva teórica, estabelecemos que as ações da extensão, ordenadas de forma coerente, articulam teoria e prática aproximando Universidade e Sociedade por meio da formação de agentes culturais que desenvolvem a consciência crítica, social e política.

Damatta (1986) defende que a cultura é um conjunto de ações que possibilitam os vários grupos humanos a viverem juntos por meio de códigos, maneiras e condutas. A cultura se constitui como um universo simbólico a partir de elementos que representam objetos materiais, formas imateriais, sociais e ideológicas, que permitem

os vários grupos a viverem em uma mesma totalidade geográfica e temporal. Contudo, se os símbolos e os elementos que representam a cultura de um grupo de indivíduos não são respeitados, o sentido de convivência se transforma em conflito e confronto causando a separação ou mesmo não aceitação da outra cultura.

Segundo Certeau (1995), as discussões e as ações sobre cultura tornam-se uma questão política de defesa dos grupos minoritários, que são excluídos do direito de reconhecimento e legitimidade. Dessa maneira, a instrumentalização dos conhecimentos produzidos na Universidade por meio de um processo educativo, cultural e científico, conota-se como uma missão para a efetivação das ações da extensão. Assim, mais do que um conjunto de “valores que devem ser defendidos ou ideias que devem ser promovidas”, a cultura tem hoje a conotação de “um trabalho que deve ser realizado em toda a extensão da vida social” (CERTEAU, 1995, p. 192), pois, quando a “riqueza do patrimônio cultural da humanidade está na sua imensa diversidade e, quando uma cultura desaparece, esse patrimônio se ressentir” (RASSI, 2004, p. 13). Com isso, no decorrer da evolução humana, as culturas que não foram preservadas ou não conseguiram se adaptar, desapareceram da face da terra e conseqüentemente toda humanidade perde o privilégio de estudá-las ou mesmo conhecê-las.

Frente a tal constatação entendemos que é preciso que se consolidem instrumentos para manter sustentável a existência da Universidade de forma ampla e com um diálogo social rico e carregado de significados. Assim, compreendemos que são necessárias atitudes que possam não apenas diagnosticar, mas mudar a realidade. Diante disso, a aproximação entre Universidade e Sociedade, via atividades de extensão, é um primeiro e grande passo para que essa caminhada de transformação social e cultural por meio do conhecimento seja ampla, plural e irrestrita, para além dos desafios impostos por tal tarefa, sejam eles administrativos, burocráticos, institucionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

_____. **Roda de Capoeira deverá receber da Unesco o título de patrimônio cultural da humanidade**. 2014. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/roda-de-capoeira-devera-receber-da-unesco-o-titulo-de-patrimonio-cultural-da-humanidade/10883>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BRITO, E. P. de (Mestre Suíno). Grandes Mestres. **Revista Praticando Capoeira**. São Paulo: D+T, Ano III, n. 32, 2008, p. 14-17.

CARVALHO, M. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 77-96, 2008.

CERTEAU, M. de. **A cultura no plural**. Campinas: Papius, 1995.

CORRÊA, E. J. (Org.). **Extensão Universitária: organização e sistematização: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

RASSI, S. T. **O Brasil também é negro**. Goiânia: UCG, 2004.

ROMANELLI, O. de O. **Historia da educação no Brasil: (1930/1973)**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.

RÜSEN, J. **Razão histórica**: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

_____. **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SCHWARCZ, L. K. M. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Submetido em 23 de outubro de 2015.

Aprovado em 30 de novembro de 2015.